



TRABALHO, DEMOCRACIA E CAPITAL NO SÉCULO XXI: UMA PROPOSTA EMANCIPATÓRIA

Júlio Ramon Teles da Ponte*

Introdução

O desenvolvimento do indivíduo social pode ser situado em conformidade com cada modo de produção constituído. Assim, o homem, ao transformar constantemente a natureza em seu favor, criou as possibilidades de progressão de suas necessidades. Ocorre que a apropriação privada do excedente coletivamente produzido e os complexos de fetiches que foram engendrados, ao longo dos séculos, para conferir sustentação a tais apropriações (consenso) obedeceram a uma lógica imprevisível. Por vezes, os deuses deram lugar a outros deuses, ou ainda, reis foram decapitados para assunção de novas dinastias. No centro de tais transformações sociais reaparece, de uma forma ou de outra, o nível alcançado pelo incremento do trabalho como pulsão originária (ontológica) do homem para

transformar a natureza e a si mesmo, conferindo um incessante embate entre as necessidades materiais possibilitadas pelo progresso tecnológico (forças produtivas) e as condições sociais de existência efetivamente e historicamente vivenciadas. Isto quer dizer que o trabalho adquire a mesma importância e centralidade ao longo da história do homem? Podemos afirmar que o trabalho é uma categoria transistórica? E, mais: qual a relação que se pode estabelecer entre o trabalho e a democracia num contexto da dominação do capital no século XXI? Tentaremos expor algumas considerações sobre essas questões ao longo de nossa exposição.

Em suas primeiras elaborações, o “trabalho” assume categoria central nas abordagens de Marx e Engels. De partida, como confronto com a natureza objetivando a

* Doutorando do PPGCS/UFRN.

produção de valores de uso essenciais para a ampliação da produção material do ser humano. Com efeito, o devir humano expande progressivamente as possibilidades de superação das agruras e obstáculos impostos ao itinerário do homem na história, e, de forma concomitante, multiplicando as necessidades do indivíduo social. Em seguida, os autores abordam o sentido da alienação do trabalho como forma de exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, o labor foi interpretado pelos autores como um meio de degeneração da atividade produtiva humana. Marx e Engels empreendem, então, de forma incipiente, em “A Ideologia Alemã”, as primeiras pistas da possibilidade da abolição do trabalho compulsório, pois este se convertera numa via para o estabelecimento de iniquidades e de sujeição do homem às formas de dominação de classe. Emerge, assim, na elaboração dos autores, o sujeito social emancipatório encarnado pelo proletariado, rebento da industrialização e vítima, por excelência, da base de troca injusta interposta pelo capitalismo.

Nossos autores ainda inferem que a divisão do trabalho segue o avanço da produtividade e do progresso de novas necessidades do homem, em sintonia com o aumento da população. O motor de tal divisão se estabelece a partir da cisão entre o trabalho material e o trabalho espiritual, ou seja, o momento da transcendência, da teleologia e da representação de algo que pode vir-a-ser concebido no plano ideal, mas que somente se materializa pela intervenção do trabalho (praxis). A divisão natural do trabalho é a fonte primeira da submissão do homem ao poder do mais forte, levando ao estranhamento da atividade produtiva. Para os nossos autores, a “cooperação natural” impõe uma dominação externa incontrolável. Os autores ainda fazem questão de salientar que, noutro sentido, a divisão do trabalho no comunismo deve ser voluntária, em contraponto à heteronomia imposta por outras formas de organização social.

Marx e Engels retomam então a atualidade do capitalismo de sua época, identificando os processos econômicos como determinantes

do progresso histórico, em que a dominação capitalista assume a feição de “mercado mundial”. Tal dinâmica de expansão capitalista se estabelece de forma envolvente, configurando um sistema histórico-universal. Com efeito, os indivíduos são aprisionados às determinações capitalistas, inclusive, quanto à cooperação do trabalho. Todavia, esse mesmo movimento histórico capitalista faz emergir contraditoriamente o proletariado, classe social potencialmente portadora dos elementos revolucionários capazes de engendrar a supressão de todas as classes sociais pelo ato revolucionário, construindo as bases para outra formação sociometabólica.

No capital produtivo, fica patente a relação essencial do sistema, como “o instrumento de pescar trabalho alheio”, segundo Marx. Nesta esfera se tem o fundamento da acumulação do capital, a saber, a produção do valor. Aqui, é onde ocorre a extração da mais-valia que se processa na interação entre capital constante e capital variável. É onde também se verifica a substituição – pela incorporação de novas tecnologias – do trabalho vivo pelo trabalho morto, gerando uma crescente composição orgânica do capital e, conseqüentemente, uma maior produtividade. Com efeito, o incremento tecnológico tende a tornar redundante a existência do trabalho vivo para a produção da riqueza coletivamente produzida, esvaindo-se a potencial importância do proletariado como sujeito *a priori* das transformações sociais.

Em verdade, se trabalhadores(as) estiverem em situação desfavorável, numa quantidade superior a de que as empresas necessitam, ficarão à margem do mercado de trabalho, como uma reserva inibidora de reivindicações por maiores salários; como uma sombra ameaçadora sobre aqueles e aquelas que estiverem trabalhando. Seu acesso ao consumo ficaria impossibilitado, pois lhes faltaria a senha que magicamente sacia desejos e necessidades no âmbito da sociabilidade imposta pelo capital.

A esses em excesso, outros(as) trabalhadores(as) ainda poderão ser agregados. Estamos nos referindo aos “eliminados”

Trabalho,
democracia e
capital no
século XXI:
uma proposta
emancipatória

Júlio Ramon
Teles da Ponte

pelos processos de reestruturação produtiva que acompanham o capital ao longo de seu desenvolvimento. Desde a Cooperação Simples, a Manufatura e a Grande Indústria, hoje, com formas mais sofisticadas de consumo de força de trabalho, acentua-se a tendência de redução da importância dos(as) trabalhadores(as) nos locais de trabalho, não apenas na indústria, mas também nos demais setores. As reestruturações tecno-organizacionais e tecnoprodutivas conjugam esforços para a contínua progressão da produtividade, acarretando à explicitação crescente do excesso de força de trabalho nas empresas de uma maneira geral.

Dentro desse cenário nada animador para os excedentes do sistema do capital, como problematizar questões, tais como: democracia, regulação de conflitos e da economia, sociedade, repressão, esfera pública? Eis um imenso desafio para as ciências sociais de uma maneira geral e para a ciência política em particular. Como podemos definir que tipo de democracia será capaz de transgredir a ordem capitalista e o imperativo mercadológico no sentido da emancipação social? E mais: quais elementos da crítica radical ao sistema metabólico devem necessariamente constar de uma gramática revolucionária em pleno século XXI? Eis as questões que este curto ensaio deseja, longe da pretensão de esgotá-las, apenas levantá-las até como forma de instigar o debate sobre esses temas tão urgentes para a própria sobrevivência do estatuto da legitimidade da democracia entendida em seu sentido amplo e libertário.

Estado, Política e Democracia no Capitalismo Contemporâneo

O metabolismo do capital tende a subsumir o estado moderno e o seu campo político, objetivando nutrir as instituições estatais para a funcionalidade da acumulação capitalista. Nesse sentido, confere consistência aos mecanismos e à institucionalidade que estabelecem e estabilizam as bases de sua reprodução sistêmica, naturalizando as diferenças e as hierarquias sociais a partir da hipertrofia do conceito de mercado. As imperfeições

geradas pela forma de regulação do capitalismo são compensadas pelas ações de contenção social, inclusive, pelo uso da violência legítima estatal, se for caso. Com efeito, a esfera política, conformada dentro dos padrões da dominação do capital, tem por “missão” sustentar as pressões populares, reafirmando a igualdade restrita aos direitos políticos e à garantia da liberdade de iniciativa, sobretudo, no que concerne o acesso ao “trabalho livre”, ou seja, à mercantilização da força de trabalho. Evidente que tais liberdades concedidas e reafirmadas nos limites do espaço político autorizado pelo capital estão subordinadas aos imperativos de sua reprodução econômica, inclusive, com influência nos demais setores da vida social (cultura, arte, religião dentre outros).

Em momentos de crise, o poder estatal capitalista tende a aparecer como substância do “equilíbrio social”, operando como defensor dos postulados interpostos pelo imperativo mercadológico. Em verdade, as tentativas de restabelecer a estabilidade passa pela reativação do crescimento econômico, acionando políticas econômicas visando o revigoramento da reprodução do capital. Tais medidas de incentivo ao dinamismo econômico são, na realidade, o acionamento das contratendências imanentes ao sistema do capital para tentar conter as recorrentes crises de realização de mais-valia. Assim, tendem, em geral, a ser lesivas tanto ao homem como à própria natureza.

Ao Estado capitalista lhe é conferida a missão de conformar as demandas da sociedade como meio para conter as tensões sociais objetivando garantir, na medida do possível, a civilidade dos antagonismos sociais, sobretudo, no que se refere aos embates entre capital e trabalho, propondo, por exemplo, a flexibilização das relações de trabalho como forma de incentivar uma nova regulação do consumo da força de trabalho. Com efeito, não é incomum constatar as discussões em torno das (contra) reformas trabalhista e previdenciária. O próprio movimento sindical, em nome de uma suposta “modernização das relações de trabalho”, por vezes, aceita sentar à mesa para

negociar em que medida serão estabelecidas as novas regras claramente favoráveis à acumulação capitalista.

Sem os mecanismos de contenção dos conflitos sociais, seria virtualmente impossível conferir a plena fluência da reprodução do capital numa atmosfera de explicitação dos antagonismos dos interesses dos diversos agentes que compõem a sociedade. O campo político capitalista, marcado pelo esvaziamento do espaço genuinamente público e pela incidência de uma democracia representativa de baixa intensidade, cumpre importante papel na domesticação das possíveis querelas, restringindo o espaço dessas contendas às tradicionais esferas do poder estatal, cujo acesso é restrito ao grupo composto por sua própria burocracia e à classe política. As decisões que de fato influenciam na vida social, como a política econômica, costumam passar ao largo das esferas compreendidas pelas massas populares, sendo repassadas a um pequeno grupamento de técnicos, na maioria das vezes, a serviço dos imperativos do capital.

Essa democracia de baixa capilaridade popular, cujo objetivo é a perpetuação do poder das elites, não é capaz de cumprir suas promessas de promover a justiça social universal. Aos ricos, tal estatuto democrático é generoso, talvez, até necessário para a perpetuação das desigualdades e das hierarquias disseminadas no seio da sociedade moderna. Podemos, quiçá, chegar à conclusão que o projeto democrático capitalista se materializou de forma incompleta em nossas formações sociais. Apesar de conferir direitos políticos e certas garantias civis – que são inegavelmente importantes –, nosso modelo democrático não conseguiu abranger setores como a economia e a cultura, sendo subordinado aos imperativos imediatos do mercado e à indústria cultural disseminadora da alienação coletiva.

O espaço-tempo da esfera política se reduz ao balcão de negócios em que se realizam as trocas entre os capitalistas e a esfera estatal. Tais intercâmbios se dão, em muitos casos, de maneira promíscua às custas do

erário, tendo como mediadores privilegiados os profissionais da política e os lobistas. Em verdade, a classe política costuma reproduzir eternamente promessas com intuito de refinar o discurso, objetivando ludibriar os pobres e permitindo a perpetuação da dominação capitalista e de suas personificações. Aos gestores públicos de plantão, resta conferir vitalidade às promessas não efetivadas pela democracia até o limite da tolerância do conjunto da população. Então, aciona-se a conhecida “alternância de poder” que de fato pode ser resumida às disputas intracampo no âmbito da política – entendida aqui de forma restrita. Com efeito, surgem novos atores no cenário político dispostos a governar em nome dos pobres, mas em favor das elites. Logo se identifica a “herança maldita” deixada pelos antecessores e que impede a consumação das promessas ininterruptamente postergadas. A democracia, em tal cenário, mostra-se inócua para a realização dos projetos sociais de cariz popular, sendo deveras cúmplice da dominância do capital, servindo, quando muito, de suporte para o alívio das agruras das classes subalternas por meio da aplicação de políticas compensatórias e focalizadas.

O Estado e a Política sob as Rédeas do Capital

As redefinições por que passa o Estado capitalista, neste início do século XXI, bem expressam a tendência de esgotamento das últimas trincheiras consumadas a partir de meados do século XX, sobre os escombros da Segunda Grande Guerra Mundial que impulsionaram a reprodução do capital e o dinamismo econômico, aparentemente incólume, pelo menos até o início da década de setenta do século passado. No ambiente em que se projetam sérias dificuldades para a propulsão de uma nova dinâmica crescente da economia capitalista, em face da crise de realização da mais-valia, eis que entra em cena, mais uma vez, a importância do capital financeiro como o providencial remédio de contratendência à iminente queda da valorização do capital. Assim, empresas e governos recorrem ao setor bancário

Trabalho,
democracia e
capital no
século XXI:
uma proposta
emancipatória

Júlio Ramon
Teles da Ponte

como forma de aliviar suas receitas. Com efeito, às custas do endividamento estatal, a esfera financeira passa a ditar as políticas econômicas a serem implementadas em cada contexto.

Em geral, as respostas recomendadas pelos “donos do poder”, personificações “na terra” da dominação espectral, abstrata, impessoal e quase objetiva do dinheiro (Postone, 2000), costumam reacender as fórmulas que englobam medidas tais como: privatizações generalizadas, reduções dos recursos destinados às políticas públicas, incremento do terceiro setor e a flexibilização das garantias sociais do trabalho. Tais recomendações são transmitidas aos gestores dos Estados capitalistas pelos “ditos” organismos multilaterais, sob o controle das economias centrais e cuja expressão de maior destaque é o Fundo Monetário Internacional (FMI). É por essa porta que trafegam, via de regra, as determinações impostas pelos centros hegemônicos financeiros que irão ter consequências deveras relevantes na vida social cotidiana dos “cidadãos livres”. Em tal contexto, a democracia de baixa intensidade e a tradicional esfera política dos países da periferia se revelam igualmente impotentes, ou seja, as diretrizes que realmente vão impor o modo de vida das pessoas em seu aspecto socioeconômico passam ao largo das deliberações dos eleitores.

Consumam-se, então, dois mundos distintos: o do capital financeiro marcado por sua agilidade frenética e cosmopolita; e o mundo dos mortais caracterizado por outra lógica de tempo-espaço cultural, em nada convergente com a esfera divina das finanças hegemônicas do planeta. Nesses contextos distintos, os “donos do poder” estão interessados nas oscilações das taxas de juros e com o vai e vem diuturno das bolsas de valores. Enquanto no outro planeta, do mundo real, se ampliam a miséria e a vala comum da assistência social destinada aos “perdedores” do jogo do capital.

Os países situados na periferia do sistema embarcam na obsessão de atrair investimentos externos na esperança de lograr um lugar privilegiado no cenário da globalização. Nesse tocante, cabe lembrar que tal inserção

na economia mundializada segue pautada pelos vetores do capital transnacional em consonância com a divisão internacional do trabalho. Todavia, mesmo em situação desfavorável, as economias periféricas tentam atrair a todo custo capitais em circulação pelo mundo. Em geral, não há a ponderação se tais investimentos serão deletérios para as finanças internas nos médio e longo prazos. O instrumento de política econômica mais usual para tais arquiteturas de atratividade financeira é a manipulação, por parte dos tecnocratas do Estado, das taxas de juros e de câmbio. Mais uma vez, a população não é chamada para opinar sobre quais opções macroeconômicas ela entende ser apropriadas para cada contexto no âmbito dos países ditos em desenvolvimento. Sabemos, contudo, que tais medidas influenciam diretamente no modo de vida das pessoas.

Pela via da atração dos capitais em circulação, os Estados nacionais se subordinam às regulações internacionais ditadas pelo capital financeiro sediado no centro do sistema. Aos governos que heroicamente tentam lograr uma política de “independência internacional”, tentando por rédeas ao carrossel financeiro mundializado, emerge o rigor das instituições e estruturas normativas garantidoras dos limites do metabolismo do capital. Tais organismos, sob controle das economias centrais, têm como objetivo preservar os marcos regulatórios que permitem o livre transcurso do capital financeiro sem importunações. Com antecedência, os países que mantêm vasos de ligação com o centro financeiro mundial devem estar cientes das condições e controles que devem honrar para permanecer no cassino global.

No caso latino-americano, os anos noventa do século passado foram marcados por uma canonização das políticas neoliberais impostas pelo Consenso de Washington. Sob as promessas de redenção do continente às maravilhas e às possibilidades do mundo global, os governos se subordinaram a uma agenda de forte ajuste fiscal e privatizações como forma de garantir os superávits que iriam suprir os capitais internacionais. Dessa política, ao invés do anunciado progresso

econômico e social, resultaram a redução da atividade econômica, o desemprego, o aumento da precarização das formas de trabalho e o desmonte da seguridade social. Evidente que os programas sociais, a educação, a saúde e os demais serviços públicos foram prejudicados pela insuficiência de recursos. Com efeito, em tal contexto, a política tradicional se converteu em mera simbologia, enquanto as diretrizes que realmente iriam conferir significância à vida hodierna dos concidadãos foram heterodeterminadas pelo cenário da transnacionalização do capital (Oliveira, 2006). Assim, as economias da periferia crescentemente se financeirizaram (Chenais, 1999). Nessa desenfreada tentativa de inserção no mundo virtuoso da globalização, os esforços para se chegar à primeira divisão das economias centrais foram acompanhados de seguidos fracassos (Brasil, Argentina, Peru, Venezuela, México e Equador, para citar apenas alguns).

Há, então, uma tendência de anulação da política tradicional e a emergência do conceito da “política do possível”. Em todo o caso, existe um afastamento do eleitorado, em particular, e do cidadão, de uma maneira geral, da esfera do poder do Estado. As decisões macroeconômicas que tanto afetam o cotidiano das pessoas são tomadas à revelia da universalização dos direitos ou das garantias sociais, inequivocamente, contribuindo para o desalento generalizado da população em relação às instâncias tradicionais da política.

O desemprego estrutural causado pela própria dinâmica da evolução metabólica do capital é convertido em “crise do trabalho”. Os mecanismos tradicionais da política se revelam insuficientes para conter as consequências deletérias e inevitáveis da forma de valorização do capital. Nesse sentido, a “crise do trabalho” é, ao mesmo tempo, a “crise da política”, posto que não há como equacionar, no âmbito do sociometabolismo do capital, a tendência do avanço dos irremediavelmente supérfluos (não-rentáveis). O Estado capitalista não encontra outras formas de ação para além das políticas de contenção social, sem descartar a recorrência

aos mecanismos situados no que se chama “violência legítima”. Nesse cenário, a democracia representativa cumpre importante papel como dissimuladora da “ditadura do capital” realmente existente.

O dinamismo econômico acena como a modernização reparadora (Kurz, 1993) possível para, dentro dos limites do capital, se constituir uma solução viável para a crise e suas consequências. Com efeito, as receitas keynesianas são fartamente revisitadas rogando mais regulação do Estado na esfera econômica. Assim, tenta-se planejar as políticas comerciais, agrícolas e industriais. Todavia, tal como num beco sem saída, constata-se a insuficiência do poder estatal em conferir celeridade a todos os segmentos da economia, sobretudo, em face da limitação orçamentária. Mais uma vez os gestores públicos são forçados a recorrer ao auxílio do capital financeiro, recomeçando o ciclo de submissão das políticas ao designo da banca financeira internacional e de seus representantes instalados nos chamados organismos multilaterais.

O complexo ideológico entra em ação na tentativa de convencer à sociedade que os caminhos tomados pelos governos são inevitáveis e que o capitalismo pode ser “humanizado”, mesmo constatadas as sucessivas iniquidades historicamente cometidas pelo irracionalismo do modo de produção do capital. Eis que emerge os conceitos que tentam provar a compatibilidade do sistema capitalista com as necessidades humanas. Nesse rol de esforços ideológicos para legitimar o capital, o chamado Terceiro Setor tem especial destaque. Podem ser enquadrados nesse mesmo campo: os conceitos de Responsabilidade Social das Empresas, o ambientalismo apolítico e outras miragens proporcionadas – e muitas vezes financiadas – pelo metabolismo do capital. Em tal contexto, as elites políticas e considerável fração da academia embarcam nessas “ondas de otimismo capitalista”, enquanto o sociometabolismo do capital expande seus limites históricos acionando forças contratendências ao seu colapso iminente cada vez

Trabalho,
democracia e
capital no
século XXI:
uma proposta
emancipatória

Júlio Ramon
Teles da Ponte

mais desumanas, tais como: as guerras, para o suprimento da mortífera indústria bélica; e a devastação do meio ambiente inerente à própria reprodução do sistema.

Parece mesmo que para o indivíduo social é deveras difícil reconhecer a inviabilidade do capital como regulador das relações humanas. Ademais, não é possível, no contexto hodierno do início do século XXI, conferir-se viabilidade a política econômica de cariz keynesiano, em que se vislumbra uma conciliação de classes em prol do desenvolvimento da economia para o benefício tanto dos patrões como dos empregados. Como já foi mencionado, os escombros da Segunda Grande Guerra que permitiram o reinado do lorde inglês Keynes nas ciências econômicas e a sequência dos “anos dourados do capitalismo”, até a década de setenta do século passado, já dão evidentes sinais de esgotamento, pois não há mais o que reconstruir. Cabe salientar que, para além qualquer vontade subjetiva, as alternativas esboçadas dentro dos marcos do capital para conter as suas crises passam pela preservação do modo de reprodução do valor e do capital financeiro.

Nesse contexto, o desmonte da previdência social e a privatização do Estado se revelam a alternativa de “menor resistência” para o alívio das finanças públicas. Todavia, contraditoriamente, esse viés impõe um modo de vida cada vez mais precário para o conjunto da população. Nesse cenário, a democracia “realmente existente” faz vistas grossas à contínua depredação dos direitos sociais conquistados historicamente. Emerge, então, a necessidade de uma democracia de outra ordem capaz de reinventar a política e conferir a preservação das garantias já consumadas. E, para além da conservação das conquistas já efetivadas, cabe ao projeto da democracia popular ampliá-las, desafiando o modo de produção capitalista e obliterando o alargamento dos seus limites históricos. Tal engendramento de uma democracia libertária de alta intensidade é possível? Não há como responder a tal interrogação, mas é fácil constatar que o caminho imposto pelo sociometabolismo do capital leva ne-

cessariamente ao deterioramento contínuo do meio ambiente e à crescente barbarização da vida social. Com efeito, os movimentos sociais e demais interessados na emancipação humana não podem adiar o debate em torno da ampliação dos fóruns democráticos, pois urge a necessidade de uma inovadora regulação social de valor comunal-solidário. Ou a própria sobrevivência planetária seguirá sob iminente risco.

O imperativo até aqui esboçado é que não há saída dentro da ordem do capital, sendo meras ilusões as alternativas ditadas nos marcos deste sistema que tem a pretensão de humanizá-lo. Tarefa mais difícil ainda é identificar quais agentes sociais – e a partir de que – serão capazes de engendrar a transição para outro modo de produção e de vida. Os instrumentos ao dispor das ciências sociais – ainda não subsumidos à dominância do capital – apontam para uma perspectiva sombria. Nesse contexto, restam poucas alternativas ao indivíduo social às quais ele se possa recorrer (descartadas as decepções do passado). A projeção de novos caminhos deve ser a tônica dos agentes interessados na constituição de uma nova sociabilidade para além do capital. Emerge, então, como elo unificador de todos os segmentos afetados negativamente pelo metabolismo capitalista a crítica radical a esse modo de produção. Diante de tantos reveses, ainda resta a certeza de que é o homem que faz a história, embora sob determinadas condições pré-estabelecidas. Nesse sentido, se foi o ser humano que constitui a arquitetura desumanizadora e impessoal do sociometabolismo do capital, potencialmente, poderá desmontá-la.

A história recente da humanidade tem mostrado um percurso cultivado de ameaças e temores, prevalecendo uma espécie de insegurança social planetária. No lugar de trabalhadores do mundo inteiro se unirem, a competição entre eles se impõe no afã de cada um “ganhar a vida”. O cenário parece muito mais propício ao invite para que os não-rentáveis e excedentes sistêmicos do capital se unam. Com a força de trabalho

excedente para as necessidades do capital, que se junta ao temor da perda do trabalho e às formas de controle a que são submetidos os “párias” da modernidade, avolumam-se e se ampliam problemas de todas as ordens e que exigem respostas urgentes dos administradores da crise, em face da tendência de avanço do contingente de supérfluos que insistem em sobreviver às agruras impostas pela ordem vigente.

Se a sociedade não “cresce” (saúde, educação, moradia, segurança, equidade) junto ao crescimento econômico capitalista, mas a este se subordina; se a eliminação de muitos “postos de trabalho” e as precárias “relações de trabalho” geram insegurança, produzem desigualdades e empobrecimento; têm-se fortes indícios de que o sistema de trabalho assalariado confere demonstrações de esgotamento como organizador de mediações sociais. Inúmeros são os problemas com os quais se defronta a humanidade e que estão a exigir uma crítica cada vez mais profunda ao progresso e ao modo de crescimento e de apropriação da riqueza. Acumulam-se denúncias acerca dos problemas ecológicos; amplia-se a luta pela igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as pessoas. Ao mesmo tempo, cresce o descontentamento com as várias formas de trabalho e com as escalas de valorização social existentes. Do mesmo modo, acentua-se o desconforto com o avanço da contenção da liberdade, da repressão institucional legalizada e da perda de credibilidade da democracia representativa. Então, qual democracia será capaz de esboçar os princípios emancipatórios possíveis? Temos de pensar numa democracia radical e de alta intensidade, capaz de oferecer alternativas à sociedade para além da heteronomia da dominação do capital.

A Questão Democrática Revisitada: perspectivas e desilusões do caso brasileiro

Diante do incomensurável desafio de esboçar qualquer guisa à transição para o socialismo, vários autores e militantes da esquerda já tentaram estruturar possíveis

caminhos e estabelecer alguns marcos a serem observados numa hipotética passagem para uma sociedade de novo tipo que realce aspectos comunais-solidários. Dentro do próprio marxismo, essa questão chega a ser uma das polêmicas, alimentando calorosas discussões há muitas décadas. Afinal de contas como se situa a democracia em meio a tais esforços de construção de uma alternativa emancipatória? Ainda são válidas, no contexto atual, as receitas lançadas pelos bolcheviques há mais de oitenta anos numa configuração social deveras diferenciada? A democracia é de fato um pressuposto para o socialismo? A democracia burguesa mantém o mesmo teor qualitativo de uma possibilística democracia popular-socialista? Os elementos da democracia realmente existente têm mesmo “valor universal”? Existe vinculação direta entre democracia e capitalismo? São essas apenas algumas das indagações que já redundaram em diferentes posicionamentos aos quais vamos nos deter, de forma bastante parcial e limitada, por meio de um diálogo com o ilustre teórico da ciência política contemporânea Carlos Nelson Coutinho.

Coutinho (1980), destacada figura do marxismo latino-americano, escreveu, no contexto de reconstrução democrática no Brasil, um texto deveras controverso intitulado “A Democracia como valor universal – notas sobre a questão democrática no Brasil”. Nesse esboço, o autor tenta conferir uma suposta valorização transistórica à democracia, tentando situá-la como um marco ontológico da humanidade. Coutinho se mostra deveras entusiasta da democracia formal, inclusive, estipulando que os caminhos democráticos conferidos dentro do próprio capitalismo podem conduzir a sociedade para além do domínio burguês.

Coutinho tenta, no início do texto retrocitado, enquadrar seu posicionando em prol da democracia como valor universal nos marcos do marxismo-leninismo. Para tanto, reproduz fragmentos de passagens de Marx e Lênin para viabilizar o seu propósito de conferir aval à sua hipótese. Ocorre que, de saída, transcreve uma pequena parte da “In-

Trabalho, democracia e capital no século XXI: uma proposta emancipatória

Júlio Ramon Teles da Ponte

trodução” da obra *Para crítica da economia política*, escrita por Marx, na década de setenta do século dezenove. Em tal fragmento Marx infere que a

arte de Homero não perde sua validade universal – e inclusive sua função de modelo – com o desaparecimento da sociedade grega que constitui o pressuposto de sua gênese histórica (MARX, apud COUTINHO, 1980, p. 22).

Coutinho tenta, então, estabelecer uma “identidade mecânica” entre o escrito de Marx e a sua posição pessoal sobre o valor universal da democracia. Como bem se contrapõe Moraes (2001), a citação de Marx nada tem de consonância com a universalização de um conceito político. Noutro direcionamento, a inferência do autor alemão tem a ver com formas específicas de convivência social que foram capazes de engendrar expressões artísticas e estéticas igualmente singulares. Portanto, a afirmação de Marx parece mais ir na contramão do que Coutinho tenta demonstrar do que avaliar quaisquer posturas transistóricas.

Marx, em tal citação, tem em mente inscrever um determinado contexto histórico do indivíduo social que corresponde a um modo de produção outrora dominante, cujo desenvolvimento posterior das forças produtivas foi capaz de estabelecer uma nova concepção de sociedade tendo como fundamento inovadas relações sociais de produção. Com efeito, Marx esboça sua síntese dialética da histórica, em que formas sociais progressas são superadas por renovadas engrenagens dos agentes históricos que correspondem ao modo de produção a elas vinculadas. Todavia, tal superação de um modo de produção por outro não significa a destruição de toda arte e mesmo de todo o modo de produzir concebidos pelas formações sociais ulteriores. Até mesmo porque se trata de um processo de síntese dialética e não de uma mera substituição automática de uma forma social por outra superior.

Coutinho segue a sua argumentação em prol da democracia como valor universal – ou seja, para além da dicotomia entre capitalismo

versus socialismo – inferindo que o processo gradativo de extinção das classes sociais não quer dizer que os interesses de todos os segmentos da sociedade sejam unívocos. Nesse sentido, o autor defende a materialização de amplos fóruns democráticos como veículos de preservação da diversidade, garantindo a representação política de cada grupo. Todavia, nosso autor parece demasiadamente empenhado com o avanço do esboço democrático, admitindo que o progresso contínuo de tal perspectiva contraria os interesses da burguesia ao ponto de consolidar as bases para uma sociedade socialista. O autor, contudo, infere sobre a preservação da mesma qualidade de teor da democracia capitalista no socialismo. Nas palavras de Coutinho:

a democracia política não é um simples princípio tático; é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade (COUTINHO, 1980, p. 24).

O autor alerta, contudo, que para o surgimento de uma sociedade socialista, há a necessidade de se conceber novos institutos democráticos. Todavia, na perspectiva do teórico brasileiro, tais instâncias poderão ser engendradas dentro do próprio arcabouço político burguês. Coutinho aventa, portando, sobre a possibilidade da progressão para o socialismo por meio da ampliação contínua da democracia – que para ele reflete uma condição genérica e ontológica do ser humano. Nosso autor, todavia, não explica como essa democracia de valorização universal vai suprimir as relações sociais de produção impostas pelo sociometabolismo do capital. Ou melhor: como o avanço (radical) da democracia poderá desafiar o domínio do capital sobre o modo de vida da população? Coutinho considera, entretanto, que as conquistas reformistas podem ser um indicativo da possibilidade de socialização contínua da política mediante graduais avanços e conquistas da sociedade.

Coutinho chega a inferir que o desenvolvimento do capital possibilita a ação social dos trabalhadores, pois a “socialização da política” é potencializada pela “socialização

do trabalho”. O autor sugere, supostamente seguindo a trilha de Marx, que

a humanidade só se propõe problemas (no caso: a socialização da política) quando existem condições materiais para sua solução (no caso um grau razoavelmente alto de socialização do trabalho) (COUTINHO, 1980, p. 26).

Contrariamente a trilha proposta por nosso autor, o desenvolvimento do sociometabolismo do capital, segundo Marx, crescentemente reduz a necessidade do trabalho vivo para a produção da riqueza material. Com efeito, o avanço técnico-científico incorporado à reprodução do capital tende a incrementar o número da força de trabalho crescentemente supérflua. Portanto, parece impreciso supor uma alternativa emancipatória tendo por pressuposto uma “socialização pelo trabalho”. Talvez, fosse mais sensato falar de uma “socialização dos não-rentáveis e /ou párias da reprodução do capital”.

Nosso autor ainda parece deveras convencido no que se refere ao imperativo da “democracia universal” no que concerne à consecução da transição do capitalismo para o socialismo, em face do desenvolvimento contínuo daquele levar necessariamente ao seu colapso engendrando o surgimento deste de forma espontânea. Nas palavras de Coutinho

a socialização das forças produtivas impõe a socialização dos meios de produção, do mesmo modo a socialização da política coloca a socialização do poder (COUTINHO, 1980, p. 27).

Em verdade, o autor despreza as contratendências que são inerentes à reprodução do capital e capazes de alargar os seus limites históricos de forma progressivamente desumana, afetando, inclusive, a sustentabilidade ecológica do planeta. Portanto, parece mais adequado pensar que apenas a ação ativa das massas será capaz de superar o capitalismo, pois, de fato, a tendência autofágica do capital não levará à sua própria destruição com a consequente socialização dos “meios de produção”, como parece sugerir nosso autor. Se a tese de

Coutinho carece de precisão na esfera econômica do sociometabolismo do capital, tudo leva a crer que a outra hipótese levantada pelo autor da “socialização política impor a socialização do poder” igualmente necessita de maiores subsídios teóricos, pois o próprio capital tende a impor os limites da política, impedindo o exercício do poder popular em benefício das necessidades humanas. Portanto, a socialização do poder só será possível pela destruição deste modo de produção por meio da crítica radical aos seus fundamentos, uma vez que, em última instância, nos marcos do capital, a política e a própria democracia são heterodeterminadas pelos imperativos do sistema. O autor, inclusive, expõe, acertadamente que

a burocracia ligada ao Executivo faz, na realidade, é ‘harmonizar’ os interesses do capital em seu conjunto, pondo-se acima das ‘paixões’ individuais dos capitalistas singulares, ao mesmo tempo em que (...) se empenha no sentido de que aqueles interesses capitalistas globais se imponham sobre o conjunto da sociedade (COUTINHO, 1980, p. 30).

Cabe salientar que o parlamento, embora haja espaço para a contestação, também é um reduto, nas condições estabelecidas pelo capital, de sustentação da ordem vigente. Fato esse que não é admitido explicitamente pelo autor. Para Coutinho, uma camada de burocratas é “isolada” do Estado e do poder executivo, sob a máscara de uma aparente “neutralidade”, para servir aos propósitos do capital. Coutinho, nesse tocante, acerta indefectivelmente. Todavia, é questionável sustentar o argumento segundo o qual essa prerrogativa é conferida pela dominação de uma classe (detentora dos meios de produção) sobre outra (os vendedores da força de trabalho). Cabe salientar que os supremos interesses do sociometabolismo do capital – tal como a preservação da propriedade privada dos meios de produção – não parecem ser mais ameaçados por quaisquer das representações políticas citadas pelo autor: capitalistas monopolistas, capitalistas não-monopolistas e pela própria classe operária. Tal-

Trabalho,
democracia e
capital no
século XXI:
uma proposta
emancipatória

Júlio Ramon
Teles da Ponte

vez, fosse mais adequado afirmar que a gradativa *subtração do poder executivo de qualquer controle público* (COUTINHO, 1980, p. 30), é um corolário das exigências do metabolismo do capital em sua tendência de subsumir os interesses da sociedade aos seus propósitos de reprodução. Ou seja, é uma dominação sem sujeito, em que o sujeito é o capital, não encarnado numa classe específica, como sugere a argumentação do autor, mas socialmente introjetado em suas diversas “*personas*” (capitalistas e trabalhadores) e estruturas (executivo, legislativo, judiciário, polícia, escola, empresas, família etc.) que se encarregam de lhes dar concretude.

Para Coutinho, a doutrina liberal moderna considera a democracia como um espaço reservado para a pluralidade dos interesses de classes, enquanto a defesa da hegemonia de uma classe específica por outra, em tal arranjo, significa favorecer ao totalitarismo e/ou ao despotismo. Para o autor, a burguesia assim disfarça sua dominação por meio do suposto “isolamento” da burocracia estatal e de sua falsa “neutralidade”. Em tal contexto, cabe aos trabalhadores, formular abertamente sua posição contra-hegemônica com o propósito de solapar a supremacia da oligarquia monopolista sobre o conjunto da sociedade. Segundo Coutinho, o programa da unidade dos trabalhadores apenas será viável por meio da expressão da “vontade geral” materializada de “baixo para cima”. O autor ainda infere que a democracia socialista terá o caráter pluralista, mas sob a vanguarda da classe operária. Nosso autor conclui que a democracia socialista é um estágio superior da democracia capitalista, em que “a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda”. Coutinho, todavia, não expõe claramente a partir de que elemento e quais sujeitos encerrarão essa trajetória de “superação e conservação” rumo ao socialismo. Se tal transição será operada pela “vanguarda da classe operária”, com a substancial importância do sufrágio universal – como parece sugerir o autor –, vislumbram-se sérios pro-

blemas para execução de tal arranjo. Nada leva a crer que o operariado do século XXI tenha a motivação suficiente para capitanear uma “revolução” para irromper as estruturas do sistema do capital, mesmo que seja pela via pacífica. Vale ressaltar que essa classe, como afirma o próprio Marx nos *Grundrisse*, tende a “extinguir-se” pelo avanço técnico-científico que eleva crescentemente a composição orgânica do capital. Ademais, mesmo em circunstâncias aparentemente mais favoráveis, como na primeira metade do século passado, o proletariado não se mostrou suficientemente revolucionário. Noutra direção, sempre inclinou-se para as proposições reformistas e de conciliação de classes. Ainda há a questão se os “donos do poder”, personificações em alto grau do capital, abdicarão passivamente de seus privilégios e posses proporcionados pela dominação do dinheiro. Tudo leva a crer que não! As disputas recentes, nem sempre pacíficas, na América Latina, em virtude do inconformismo das classes dominantes em terem de ceder apenas parte de seu poder político, indicam sobre a impossibilidade de se alçar conquistas de fato substanciais para a população sem abrir de algum estado de violência.

No caso brasileiro, os avanços democráticos não conduziram ao embotamento do poder dos monopólios como previu Coutinho. A conquista da abertura liberal-democrática não progrediu para além do formalismo institucional. Os setores antes autointitulados “socialistas” e “dos trabalhadores” foram subsumidos aos imperativos do capital, não havendo mais sequer menção acerca da necessidade da conquista do controle social da produção capitalista. Já passados quase trinta anos desde a primeira publicação do texto de Coutinho, ora em debate, o proletariado nunca se pronunciou efetivamente em prol de quaisquer transformações substantivas do modo de produção capitalista. A nova “via prussiana” – criticada pelo autor – permanece firme com suas bases de sustentação ainda mais revigoradas devido à cooptação de significativa parte da esquerda

ao jogo político sob a dominação sutil e refinada do capital.

O fortalecimento da sociedade civil no Brasil iria possibilitar

a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais 'para baixo' o eixo das grandes decisões tomadas exclusivamente pelo alto" (COUTINHO, 1980, p. 36).

Mais uma vez, o “otimismo” presente em nosso autor não foi concretizado na vida real (pelo menos até o momento). No tocante às decisões políticas, a ampliação do poder de nossa sociedade civil não foi suficiente para romper a membrana que separa os “de baixo” dos “de cima”. Ademais, a inclinação da maior central sindical brasileira às alternativas de conciliação de classe mesocorporativas e parlamentares, mesmo antes da eleição do Partido dos Trabalhadores à presidência da república (2002), já apontava para a fragilidade de tais segmentos no que se refere à condução de qualquer projeto combativo de rompimento com as tradicionais práticas de nossa esfera política. Noutro sentido, os partidos ditos de esquerda e as principais centrais sindicais subordinaram-se aos caminhos autorizados pelo sociometabolismo do capital. Quiçá, o Movimento dos Sem Terra (MST) represente hoje (2009) a honrosa exceção dentro do arco do que se pode chamar “sociedade civil organizada”, justamente por não ter acalentado os ovos da serpente da dominação do dinheiro que fez sucumbir quase toda esquerda brasileira.

O golpismo – presente em nossa esquerda de inspiração soviética do passado e criticado por Coutinho – foi de fato abolido. Todavia, tal afastamento das inclinações golpistas por parte de nossa esquerda não foi fruto de sua “maturidade política”, mas em virtude do fato de não ter nenhuma pretensão de rompimento radical com o tradicional sistema político brasileiro. A “guerra de posição”, citada por nosso autor inspirado em Gramsci, no caso brasileiro, não resguardou qualquer vínculo com um projeto de soberania popular, tornou-se, na

verdade, a justificativa mais recorrente para a ocupação de cargos públicos por correligionários políticos e aliados poder central, sobretudo, a partir do primeiro governo Lula (2003-2007).

O parlamento, que deveria exprimir, segundo Coutinho, o “efetivo dinamismo da sociedade”, em verdade, no Brasil, nunca deixou de ser majoritariamente uma representação das elites. Além de ser alvo de recorrentes escândalos de corrupção, nepotismo, desvios de conduta e de outras práticas condenáveis que há muito são marcas registradas de nossa classe política tradicional. A contra-hegemonia parlamentar de esquerda se converteu numa confederação partidária de interesses privados, cujo o objetivo parece ser a perpetuação dos próprios privilégios, distante de qualquer enlaço com um projeto revolucionário-socialista.

Cabe salientar, contudo, que, em meio a tantos reveses e decepções, a Constituição de 1988 emergiu como um marco de resistência registrando consideráveis avanços no que se refere à ampliação das conquistas e dos direitos sociais e políticos dos cidadãos brasileiros. Tais progressos, hoje, estão sob ameaça, inclusive, por parte do próprio parlamento. Tais proposições das (contra) reformas são, em verdade, esforços para conformar o estatuto legal às novas exigências do metabolismo do capital. Para tais retrocessos das conquistas estabelecidas pela Carta de 1988, os partidos “ditos” de esquerda colaboram ativamente sob as mais absurdas justificativas, como foi o caso da Reforma da Previdência dos Servidores Públicos (2003) levada a cabo pelo Partido dos Trabalhadores. Em tal ocasião, os “cardeais” petistas impunham a desculpa de uma quebra iminente do sistema previdenciário por conta das altas aposentadorias concedidas aos trabalhadores do serviço público.

Considerações finais

O avanço progressivo das forças produtivas intensifica a dinâmica das trocas no capitalismo, levando ao fortalecimento contínuo do mercado mundial. Tais incrementos no

Trabalho,
democracia e
capital no
século XXI:
uma proposta
emancipatória

Júlio Ramon
Teles da Ponte

maquinário produtivo impõem a redundância crescente da força de trabalho humana para a produção da riqueza social, expandindo reiteradamente as massas irreversivelmente condenadas à vala comum da assistência social – vítimas do desemprego estrutural. Com efeito, as estratégias de confronto individual para a sobrevivência no âmbito do mundo das mercadorias se tornam progressivamente inviáveis. A apropriação e a produção coletivas parecem indicar o caminho e a pedagogia possível para as comunidades alijadas do processo convencional de reprodução do capital. Por seu turno, o aumento da composição orgânica do capital impele a potencialidade progressiva da produção geral de mercadorias, decrescendo continuamente o tempo de *trabalho socialmente necessário* em face das possibilidades de avanços contínuos da produtividade do trabalho concreto. Neste sentido, a própria contradição do sistema aponta para a sua possível superação, em virtude do esgotamento sucessivo das presentes esferas contratendências do capital, remetendo à tendência decrescente das taxas de lucro. Assim, a cada momento parece se aproximar o instante antevisto por Marx do esgotamento das engrenagens propulsoras da reprodução sistêmica do capitalismo. Cabe indagar: o capital se autodestruirá? Claro que não!

Neste sentido, parece patente, ao se falar de ruptura sistêmica em que o empreendimento de uma alternativa sociopolítica assentada em formas solidárias de produção e consumo, aponte um cenário para além do capital. De fato, sem a construção dessa alternativa, o máximo que se poderá alcançar são meros paliativos, prolongando-se, assim, a sobrevivência do sistema metabólico capitalista. Como pode ser visto, pela constante incorporação do progresso técnico-científico à produção, propulSIONA-se uma tendencial e crescente dificuldade de realização da mais-valia produzida. Com efeito, constata-se que a acumulação do capital encarna progressivamente a explicitação de sua contradição central, ao negar o trabalho vivo como a principal fonte de sua sobrevivência metabólica. Cabe regis-

trar que mesmo com a emergência das possibilidades de esgotamento apontadas, isso não significa inferir que o capital provocará sua própria destruição, todavia, explicita a potencialidade para tal superação. A “morte” do sistema do capital e a emancipação humana terão que ser encaminhadas, ao que tudo indica, pela sociedade civil por meio dos movimentos sociais contestatórios, descartados atualmente quaisquer sujeitos sociais históricos *a priori*. Uma condição necessária fundamental, conforme a sugestão aqui apontada, é a emergência de uma democracia popular de alta intensidade que possibilite o afloramento da crítica radical à ordem vigente como elemento-unificador das lutas sociais, mediação necessária para o surgimento de uma organização social sob novas bases solidárias de regência do devir humano.

Hodiernamente, constatamos que os movimentos sociais protestam, ora pacificamente, ora com ações diretas, destruindo símbolos ou mesmo o que identificarem materialmente como causas da opressão. Algumas vezes, levantam bandeiras contras as políticas econômicas, ditas neoliberais, concebidas por organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC), exigindo, por exemplo, a redução da taxa de juros; ou em defesa enfática de suas raízes étnicas e culturais, exigindo a cidadania republicana. Na maioria das vezes, a sociedade se mantém em completa apatia, mesmo diante de violentas agressões ao meio ambiente natural e do inevitável desemprego estrutural. Mais lamentável ainda é constatar que as populações situadas na periferia do sistema pagam um elevado preço em virtude da livre movimentação de capitais transnacionais, assistindo atônitas a uma verdadeira orgia praticada pelos governantes que canalizam recursos públicos para o capital financeiro. Com efeito, essas comunidades são vítimas do desmonte da seguridade social e dos demais serviços públicos, bem como são alvos da reestruturação produtiva que favorece o restabelecimento das margens de lucro dos capitais em crise.

Tudo se apresenta como o resultado de uma espécie de promiscuidade entre a clas-

se política e os “donos do poder”. Por que essa simbiose se mantém, mesmo se sabendo dos profundos desgastes humanos e ambientais e das dissociações de todos os tipos que provoca? Que espécie de dominação é essa que se abate sobre a humanidade, levando-a a praticar ações e a organizar estruturas que reduzem cada vez mais os espaços de liberdade e da convivência pacífica? Por que, então, o Estado se torna cada vez menos eficaz no trato dos conflitos e das questões sociais, respondendo sempre com medidas compensatórias ou ampliando o aparelho da repressão institucionalizada para conter as demandas sociais? E, ainda, por que os administradores do Estado se curvam diante de pressões e chantagens promovidas pelos capitais em momentos de crise de realização da mais-valia?

Tudo leva a crer que a questão da relação entre Estado e sociedade passa pela compreensão do caráter da dominação emanada da lógica do capital. Ademais, também é preciso compreender os canais que conduzem à conformação do Estado, do modo de produção e de vida da sociedade a essa heteronomia. Para tal, a tese aqui esboçada é a de que, a dominação social que se constitui ao longo do desenvolvimento do capital – dominação que se projeta sobre o Estado, os indivíduos, as classes sociais e a natureza – decorre do caráter do trabalho que produz a riqueza capitalista, e que o sujeito da dominação não pode ser identificado a partir da realidade concreta, pois está sintetizado numa interação social abstrata cuja base é a prevalência do fetiche do dinheiro sobre as relações humanas.

Nesse sentido, e em busca de mediações, dois pressupostos básicos orientam nossas argumentações. Em primeiro lugar, consideramos o trabalho que produz o capital como o cerne da sociabilidade das sociedades ocidentais. Ao mesmo tempo é estruturante e desestruturante da vida social. De um lado, apresenta-se como o principal meio para “ganhar a vida”; de outro, como centro de irradiação de inseguranças generalizadas. As significações latentes e subjetivas são, regra geral,

superadas pela necessidade das pessoas se inserirem no mercado de trabalho/consumo.

A dimensão mundial alcançada pelo capitalismo, por sua vez, afirma o sistema do capital como modo de controle das relações sociais nesta escala. Por ser um sistema de “dominação sem sujeito”, terá que mobilizar suas dedicadas personificações para que traduzam os seus imperativos em termos práticos, englobando todos os países e retirando destes a plena capacidade de definir políticas econômicas e sociais autônomas. O sistema-mundo desloca a “territorialidade” da política a tal ponto que justifica a “oblação” de fabulosas quantias a banqueiros sob o pretexto de evitar o colapso do sistema financeiro internacional. Não se sabe de quem esse sistema foi vítima, apenas se aceita que precisa ser incessantemente irrigado. (Oliveira, 2006).

O metabolismo do capital impõe a sua heteronomia modificando as regulações outrora vigentes, admitindo controles, mas, apenas se forem em prol de sua reprodução ampliada. No campo político, tudo se conforma e se justifica como uma questão de governança/governabilidade pública. Os novos ajustes do sistema serão bem-vindos, desde que colaborem para preservar as estruturas da reprodução capital. Os “donos do poder”, personificações que se situam no comando do sistema, aceitam de bom grado os eventuais corretivos, sobretudo, se acompanhados de recursos públicos ou incentivos fiscais.

Em sua etapa atual, o capital reafirma seu potencial de (des)integração global, impondo, a despeito de qualquer subjetividade, a necessidade de intervenções dos Estados nas principais economias objetivando que se ajustem as distorções ditas conjunturais. Importa para o metabolismo do capital que as medidas tomadas pelos governantes sejam convertidas rapidamente em termos práticos no mundo da produção e das finanças para o retorno de sua trajetória expansionista. As ordens prescritas devem ser adequadas à lógica suprajacente, impondo indistintamente a conformação de todas as personificações da sociedade. Até quando?

Trabalho,
democracia e
capital no
século XXI:
uma proposta
emancipatória

Júlio Ramon
Teles da Ponte

Referência bibliográficas

BENJAMIN, Cesar. “A necessária retomada do tema da transição. In: Benjamim. C. (org.), *Marx e o socialismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

CHESNAIS, François. *Mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos N.. *A democracia como valor universal – Notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1980.

GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo; Ática, 1999.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. *A revolução russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARX, Karl. Elementos fundamentais para la crítica de la economía política. In: GRUNDRISSE (Borrador). v. I e II, Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1974.

_____. *O Capital – crítica à economia política. – processo de produção do capital*, v. I, livro 1, Rio de Janeiro ; Civilização Brasileira, 1974a.

_____. *O capital*. Editora Moraes: Rio de Janeiro, capítulo VI, 1985.

_____. *O capital – crítica da economia política. processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro 3, 1974b.

MARX, K.; ENGELS, F.. *A ideologia alemã*. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Aécio A. de. *Para uma socioeconomia política da transição: os limites e as possibilidades da economia solidária*. [tese de Doutorado]. Fortaleza: UFC, 2006.

OLIVEIRA, Aécio A.; PONTE, Júlio Ramon Teles da. “Capital, estado e sociedade no século XXI”. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, nº. 44, pp. 9-23, julho de 2009.

POSTONE, Moishe. “Repensando a crítica de Marx ao capitalismo” – In: *Seminário Internacional Teoria Crítica Radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana*. Fortaleza: Instituto de Filosofia da Práxis, 2000.

MÉSZÁROS, Staván. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, João Q.. “Contra a canonização da democracia”. *Crítica Marxista*, v. 12, p. 9-40, São Paulo: Ed. Unicamp, 2001.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

VITULLO, Gabriel. *Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea*. Porta Alegre: Sulina, 2007.